



ACÓRDÃO Nº 393/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11306/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Advogado:** não possui.
- 6- **Responsável:** Sr. Radir de Souza Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Boca do Acre.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2113/2018 – MPC –EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Comunicado. Multas. Prazos. Notificação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Boca do Acre, exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Radir de Souza Magalhães**, Vereador-Presidente e Ordenador de Despesa à época, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2- **Considerar em Alcance** o **Sr. Radir de Souza Magalhães** no valor de **R\$ 27.274,71** (vinte e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta e um centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boca do Acre em face das restrições 7 e 9 não sanadas, transcritas na fundamentação do Voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**.
- 10.3- **Comunicar** à Prefeitura Municipal de Boca do Acre, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi o art.173 da Res. nº04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, o mesmo deverá ser inscrito na Dívida Ativa Municipal, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;
- 10.4- **Aplicar Multa** ao **Sr. Radir de Souza Magalhães** no valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, nos termos do art. 54, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, IV, da Resolução 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal, que devem ser recolhidos na esfera



ACÓRDÃO Nº 393/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boca do Acre, em face das restrições 1 a, b e c e 2 não sanadas, transcritas na fundamentação do Voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

- 10.5- Aplicar Multa ao Sr. Radir de Souza Magalhães** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, por atos de gestão de que resulte injustificado dano ao erário, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boca do Acre em face das restrições 7 e 9 não sanadas, transcritas na fundamentação do Voto. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.6- Notificar** a Câmara Municipal de Boca do Acre, dando conhecimento das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópias das manifestações das Unidades Técnicas e Parecer Ministerial, determinando o cumprimento das Recomendações e Determinações nelas listadas;
- 10.7- Dar ciência** ao Ministério Público do Estado do Amazonas, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Junho de 2018.

13- Especificação do quorum: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moares Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral